



Ata dos trabalhos da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia onze de novembro de dois mil e vinte e dois, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Anísio Clemente Filho – Presidente, Cláudio José de Deus – Vice-Presidente e Thiago Felipe de Almeida – Secretário Ad Hoc. Senhor Presidente: “boa tarde a todos. Sessão extraordinária a ser realizada no dia onze de novembro de dois mil e vinte e dois. Solicito ao Senhor Secretário... Primeiro, convidando o Senhor Secretário, o Thiago Almeida, para assumir aqui. A Viviane, por motivo de viagem, não pôde comparecer. Então, peço ao Senhor Secretário para ler os presentes, por favor”. Senhor Secretário: “boa tarde a todos. Anísio Clemente Filho, Cláudio José de Deus, Danúbio de Souza Machado, José Carlos de Oliveira, José Doroteu, Joselino Santana Dias, Thiago Felipe de Almeida. São esses, Presidente”. Constatou-se a existência de número legal, verificando-se as ausências justificadas das vereadoras Juliana Ellen de Sales e Viviane Gomes de Matos. Sob a proteção de Deus e em nome do povo nova-limense, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Senhor Presidente: “agradecer a presença de vocês, o pessoal da educação, agradecer o Secretário Pedro Dornas que prontamente nos atendeu; te agradecendo, Pedro. Solicitação da vereadora Juliana, os questionamentos sobre a PPP. Então, não precisa nem te convidar, que você já está aí para responder as perguntas. Eu vou passar agora a palavra ao nosso Secretário, Thiago Almeida, que tem uma correspondência para ler, não é?”. Senhor Secretário:



“Presidente, duas correspondências. ‘Senhor Presidente, com meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente instrumento para comunicar minha ausência na reunião extraordinária de hoje, 11/11, em função de compromissos assumidos e inadiáveis, agendados anteriormente à convocação de V. Exa. Certa de poder contar com acolhida de V. Exa., aproveito o ensejo para renovar meus sinceros votos de estima, consideração e apreço. Respeitosamente, Viviane Gomes de Matos’. Próxima correspondência: ‘Senhor Presidente. Eu, vereadora Juliana Ellen de Sales, venho por meio do presente documento, manifestar os motivos da ausência em Reunião Extraordinária, na data de 11 de novembro de 2022. Na terça-feira desta semana, 08 de novembro de 2022, o Secretário Municipal de Educação, Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro foi convocado pela Comissão de Serviços Públicos Municipais desta Casa Legislativa, para prestar esclarecimentos quanto ao Projeto de Lei 2.202/2022 que “Autoriza o Poder Executivo a delegar, por meio de parceria público-privada, os serviços de educação no município de Nova Lima”. Contudo, na data de 10 de novembro de 2022, fui informada por meio de ofício endereçado à Câmara Municipal, que o Senhor Secretário não compareceria devido a compromisso inadiável. Entendo que a reunião extraordinária seria um momento crucial para a prestação de esclarecimentos pelo Senhor Pedro Dornas, nominalmente convocado. Tendo em vista o comunicado de sua ausência por meio do Ofício nº 119/2022 SEMED, confirmei agenda legislativa prevista anteriormente, dando seguimento às atividades planejadas. Em respeito à reunião



extraordinária, apresento abaixo, os questionamentos destinados ao Secretário Municipal de Educação””. Senhor Presidente: “só um segundo, Senhor Secretário. Agradecer ao Pedro, porque você tinha um compromisso de reunião e, pelo nosso pedido, você conseguiu desmarcar e estar aqui presente. Eu te agradeço. Pode continuar, Senhor Secretário”. Senhor Secretário: “Senhor Presidente, são oito perguntas, oito questionamentos. Posso dar sequência a todos ou farei um por vez?”. Senhor Presidente: “Pedro, é melhor fazer primeiro, você vai respondendo, é melhor assim? Por partes, não é?”. Senhor Secretário: “o senhor já vai abrir para perguntas, que aí, já começo com a dela, não é”. Senhor Presidente: “pode”. Senhor Secretário: “pergunta de número um, ‘1) Por que o Executivo Municipal optou por uma Parceria Público-Privada para a execução de serviços de educação municipal em Nova Lima? Por que a concessão dos serviços educacionais é tida como uma estratégia melhor do que licitação?”. A primeira””. Secretário Municipal de Educação, Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro: “pessoal, primeiramente, quero agradecer aqui a Câmara Municipal de Nova Lima, na pessoa do Senhor Presidente, demais vereadores. É com muita alegria que o Executivo, através da secretaria de educação, está tendo essa honra e essa oportunidade de esclarecer um projeto tão importante para o futuro da educação da cidade. Eu agradeço, Anisinho, em seu nome, o convite, em nome da vereadora Juliana também, que fez esse convite à secretaria de educação para que a gente estivesse aqui presente hoje. Então, vou aproveitar para responder esse questionamento, de fato, já fazendo um release histórico aqui do que



foi o pensamento da PPP, desde o início do ano de 2021. É muito importante a gente entender que, desde o início do governo do João Marcelo, a gente já estabelece algumas rotinas de entender quais seriam os melhores processos, os processos mais atuais, os processos mais eficientes do ponto de vista da gestão. E ainda quando estava na Secretaria de Esporte, a gente iniciou estudos relacionados a possíveis PPPs do Esporte e uma PPP da Educação. E ao longo desses quase dois anos, desde o início desse processo, a gente entendeu que a Lei 11.079, que é a lei que estabelece o regime das PPPs, seria mais interessante do ponto de vista da eficiência para que a gente conseguisse construir, reformar, modernizar as nossas infraestruturas escolares por um motivo muito simples, nas últimas duas décadas, pelo menos, a gente pode dizer que nenhuma escola passou por uma situação de melhoria da sua infraestrutura que, de fato, resolvesse os seus problemas estruturais. Não são poucos os exemplos que a gente dá aqui de quem que pese a altíssima qualidade do que acontece dentro de sala de aula devido à qualidade dos nossos professores, à qualidade da nossa proposta pedagógica, existe um grande problema chamado infraestrutura. E, nesses últimos anos, a gente percebeu exatamente essas deficiências, não são poucas as escolas que têm problemas em seus telhados, não são poucas as escolas que têm problemas em suas estruturas. Em Nova Lima se construiu pouquíssimas escolas nos últimos anos. E deixando até um dado assim que é muito alarmante, que a gente precisa entender, é que hoje, Presidente, se a gente perceber os dados do nosso cadastro escolar, por exemplo, a gente tem 850 crianças, de 0 a 3 anos,



esperando vaga em creche. Então, esse é um dado muito triste. E a gente chegou à conclusão de que o modelo dos contratos que o município faz hoje, através da Lei 8666, é um modelo que não é eficiente do ponto de vista da gestão, a gente não consegue ser rápido, a gente não consegue ser eficiente para alcançar, de fato, o que a população espera da gente, que é zerar o número de vagas nas creches, aumentar o número dos nossos estudantes que estão participando das escolas em tempo integral e, de fato, modernizar a infraestrutura escolar. Hoje, a gente pode ter uma situação de muita tranquilidade de dizer que não é falta de recurso, recurso hoje não é o problema para o município de Nova Lima, mas os nossos processos não são eficientes. Então, a gente estudou e fez essa análise, a Lei 11.079 é o melhor modelo para que a gente possa modernizar, construir, reformar, manter o serviço de qualidade de acordo com que a nossa população merece. Foi por isso que a escolha é através das leis das PPPs”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “você me dá um aparte, vereador? Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente, Pedro, obrigado pela presença. Pedro, só para questão de conhecimento mesmo, quantos prédios hoje das escolas que são pertencentes à prefeitura e tem algum que é locado?”. Secretário Municipal de Educação, Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro: “nós temos hoje 28 escolas funcionando, são 28 prédios. Alguns prédios são cedidos pelo Estado de Minas Gerais, como é o antigo prédio do Carlos Henrique Roscoe, que hoje está na estrutura ali, da Igreja de Santo Antônio, que é inclusive um problema crucial, porque olha só, nós estamos falando de um problema que a ausência da velocidade da lei normal impede que



a gente dê uma resposta rápida para a comunidade do Retiro, que pede tanto aquele espaço. Esse problema acontece também com a Escola do Aurea Lima, no centro da cidade, que já é uma novela a obra daquela escola, por diversas vezes, a gestão anterior tentou licitar, quando se licita, há alguma impugnação ou a obra é atrasada por conta de deficiências do próprio vencedor do processo licitatório. Então, essa situação, Danúbio, mostra o quanto que é importante essa questão da Lei das PPPs. Então, voltando a sua pergunta, hoje nós temos 28 escolas, 28 prédios em que funcionam as nossas escolas, além de dois CPPs, dois centros psicopedagógicos, um que funciona no Jardim Canadá, outro que funciona aqui na sede da cidade, e nós temos entre imóveis próprios, imóveis cedidos e imóveis alugados”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “e essa PPP vai poder contemplar os imóveis alugados e os imóveis cedidos também?”. Secretário Municipal de Educação, Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro: “os imóveis cedidos, a gente não tem pretensão de colocar imóveis alugados, o imóvel alugado que a gente tem hoje é o imóvel onde funciona o Carlos Henrique Roscoe. Essa PPP vai ter a capacidade de modernizar aquele antigo prédio, é um compromisso que a gente já fez com a comunidade do Retiro, que através da PPP, é uma das nossas primeiras prioridades, assumir e aí já tem um pedido nosso, da secretaria municipal, para o Estado de Minas Gerais, ampliando o prazo de cessão daquele prédio para a gente. Com a cessão estabelecida e o convênio assinado, todos os prédios escolares, onde funcionam as nossas escolas, serão contemplados”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “Pedro, só para a



gente poder também deixar bem ciente para todo mundo que está nos acompanhando e até para poder melhorar essa comunicação, a gente está sendo muito questionado, acho que é importante também deixar claro então, já que nós estamos falando da questão dos prédios, da quantidade de escolas. A PPP, hoje, vai contemplar a construção de quantas novas escolas?”. Secretário Municipal de Educação, Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro: “Danúbio, o que a gente vem pedir à Câmara Municipal de Vereadores é exatamente autorização para que a gente possa modelar a PPP. Então, a gente tem uma pretensão de que, ao longo do período que a gente propor a PPP, nós seremos capazes de construir algo em torno de dez escolas ao longo do tempo. Lembrando que a gente tem uma pretensão de curto prazo, de construir pelo menos três creches nos próximos dois anos. Então, volto a dizer, isso é uma pretensão porque a gente ainda, de fato, não entrou numa modelagem mais específica, porque o rito da 11.079 é exatamente esse: o município apresenta para a Câmara Municipal o projeto de lei autorizativo para que, de fato, a gente possa modelar e apresentar, através de uma consulta pública, isso é muito importante a gente dizer que o rito da Lei das PPPs, antes de a gente levar isso para uma eventual licitação, é obrigatório que passe por uma consulta pública ampla, democrática, que todos os atores envolvidos nesse processo possam contribuir com todas as modelagens. A modelagem jurídica, a modelagem arquitetônica, a modelagem econômica e financeira, que são as composições do documento que, no final das contas, vai virar o edital da parceria público-privada”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “perfeito. Obrigado”.



Senhor Presidente: “pois não, Thiaguinho. Segunda pergunta, não é?”. Senhor Secretário: “anunciar a presença, primeiro, do vereador Silvânio Aguiar”. Senhor Presidente: “isso”. Senhor Secretário: “segunda pergunta, ‘2) Qual é o verdadeiro objetivo desta PPP?’”. Senhor Presidente: “eu acho que já...”. Secretário Municipal de Educação, Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro: “eu acho que na primeira fala, a gente já conseguiu contemplar, não é? O objetivo da PPP é construir, modernizar, dar para os nossos estudantes e para os nossos profissionais a estrutura que a nossa escola merece”. Senhor Secretário: “só um minuto, dá uma sequência aqui, tem outra pergunta na pergunta de número dois, eu vou dar sequência. ‘No Artigo 1º do Projeto de Lei 2.202/2022 é explicitado o seguinte objeto: 1º. Fica o Executivo autorizado a delegar à iniciativa privada, por meio de parceria público-privada, mediante prévia licitação, a prestação dos serviços de educação no Município, incluídos, mas, a eles não limitados, a construção de escola e creche, manutenção e reforma das já existentes, fornecimento de uniformes e materiais escolares, transporte escolar, fornecimento de recursos humanos de apoio, aquisição, transporte e fornecimento de alimentos e demais insumos necessários ao funcionamento das unidades de ensino”. Mas, na resposta ao ofício enviado à Comissão de Serviços Públicos Municipais, a Secretaria de Educação alega que o objeto da PPP é: construção, reforma, manutenção e operação de unidades de ensino da rede pública do município de Nova Lima/MG, incluindo mobiliários e equipamento e prestação de serviços de apoio não-pedagógicos por meio de parceria público-privada. Afinal, o que



será delegado à iniciativa privada exatamente?”. Secretário Municipal de Educação, Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro: “Thiago, veja bem, hoje nós tivemos uma reunião muito importante, no período da manhã, com o Conselho Municipal de Educação, estive lá com a presidente, com vários integrantes do conselho, e a gente pôde explicitar quais são as intenções do município em relação aos serviços que vão ser delegados a partir de uma eventual concessão. E esses serviços, volto a dizer aqui, o nosso interesse é que os serviços de construção, reforma, manutenção, conservação da unidade, limpeza, aquisição e preparo de alimentos, tudo isso esteja envolvido dentro da PPP. E aí, eu cheguei à conclusão, junto com Conselho Municipal de Educação, que realmente pela prática legislativa e jurídica, o nosso departamento jurídico da procuradoria encaminhou o projeto de lei numa perspectiva muito mais jurídica do que política dessas decisões e dessas deliberações que a gente eventualmente vai tomar. Então, a gente já tem uma clareza muito grande, por exemplo, que o serviço de transporte que está previsto hoje dentro dessa minuta inicial, nós não temos interesse de conceder isso para a iniciativa privada, porque já é um modelo testado, já é um modelo que funciona hoje dentro da secretaria de educação, é um modelo, por exemplo, que privilegia as cooperativas locais, grande parte do serviço prestado aqui pelo serviço de transporte são por cooperativas, isso gera renda, gera emprego aqui em Nova Lima. Então, a gente não tem a dificuldade, vereador e demais integrantes aqui, de eventualmente se o texto da lei ficou eventualmente muito amplo, a gente é capaz de passar isso por uma emenda ou por



qualquer situação que vocês acham que seja positivo, para dar mais segurança para os vereadores, para dar mais segurança para os servidores. Então, a gente não tem interesse nenhum. E aí, eu escutei por várias vezes o pessoal falando também da situação das secretárias e das escriturações escolares, dos serviços administrativos, e aí eu falo com muita tranquilidade também que não é interesse do município substituir nenhum tipo de trabalho nesse sentido, porque quando a gente fala de serviços de apoio, realmente esse termo é muito amplo e pode dar uma margem de interpretação muito grande, mas deixo aqui muito claro que não é essa a nossa intenção. Então, se os vereadores se sentirem mais à vontade para votar esse projeto com algum tipo de emenda, que vá de encontro exatamente ao que o município está precisando, eu tenho certeza que nós não teríamos dificuldade nenhuma em assumir esse compromisso”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “me dá um aparte, vereador? Pedro, só para a gente poder continuar então no mesmo raciocínio, você falou da questão das secretárias, mas a gente também tem na PPP a questão da cozinha, do preparo dos alimentos e nós temos hoje que os funcionários serventes é que fazem isso. Aí como que seria, no caso as serventes, a adequação do serviço das serventes?”. Secretário Municipal de Educação, Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro: “perfeito, Danúbio. Veja bem, gente, a gente está preparando agora, quando a gente trabalha dentro da secretaria de educação e está aqui toda a minha assessoria, a Cláudia da Mata, Cilene, Aládia, a gente trabalha sobretudo em três aspectos para continuar com educação de Nova Lima num nível muito grande de qualidade. Então,



são três pilares principais quando a gente fala de política pública de educação, o primeiro deles é a valorização dos profissionais. E quando a gente fala de valorização dos profissionais é uma série, uma gama de ações que a gente está preparando, entre elas a Casa do Educador, que vocês tiveram a oportunidade de participar do lançamento, da abertura. Somado a isso, a gente também está planejando, para muito em breve, a gente apresentar para um grande debate público o novo plano de cargos e salários dos servidores da educação. E aí que está a grande questão do cargo das serventes, antes de entrar no cargo da servente, só pontuar os dois aspectos aqui para não ficar vago. Outro assunto é a formação continuada dos professores e a infraestrutura. Então, a gente está tentando atacar a infraestrutura através da PPP, a gente está tentando atacar a questão da formação continuada com os diversos cursos, formação, a complementação da hora-atividade com um terço, conforme a lei prevê para o próximo ano de 2023, e a valorização dos nossos servidores. Sobre a categoria das serventes escolares de modo específico, quando a gente presume que uma concessionária vai ficar por conta de fazer o trabalho de limpeza e de alimentação escolar, de fato, vai acontecer um esvaziamento das funções das serventes, mas o que todo servidor efetivo precisa definitivamente entender é que um servidor que entrou pela porta da frente, fez um concurso público, está aprovado, ele tem estabilidade e ele tem irredutibilidade de salário. Então, a gente tem que ficar parando de escutar esse tipo de movimento que quer fazer o tumulto, de achar que qualquer situação diferente vai acontecer com esses servidores. E quero dizer mais uma coisa, essa PPP se apresenta



como uma grande possibilidade de a gente olhar para o olho da servente escolar, que a gente sabe que é uma categoria sofrida, que é uma categoria que recebe pouco, que é uma categoria que tem inclusive uma demanda antiga de redução da carga horária, e de falar para ela assim: ‘olha, com a PPP, a gente abre uma grande possibilidade de, em um amplo debate com a Câmara dos vereadores, verificar a possibilidade de reduzir a carga horária das serventes, ampliar o seu rol de atuação. Porque hoje a gente tem um problema muito grande nas escolas, gente, porque nós não temos ou temos que fazer uma manobra muito grande para que as entradas dos nossos estudantes sejam olhadas com o carinho que merece, a hora do lanche seja olhada com o carinho que merece, a hora do soninho, para quem acompanha as nossas creches sabe como funciona. Então, eu acho que a gente abre uma grande possibilidade para que as serventes passem a assumir outras funções dentro da escola. E o compromisso do governo de João Marcelo aqui, com todas elas, é de irredutibilidade salarial, de manutenção dos seus postos de trabalho dentro da escola e de uma possibilidade ampla de discussão com a Câmara de Vereadores de possibilitar a redução da sua carga horária. Eu acho que dentro dessa perspectiva, a gente resolve a situação das serventes, Danúbio”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “são quantos servidores e servidoras que são nesse cargo de servente?”. Secretário Municipal de Educação, Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro: “hoje, a gente tem duas categorias trabalhando dentro das escolas com essas funções, a gente tem serventes escolares, que aí nós estamos falando de algo em torno de trezentas ou um pouco mais de



trezentas serventes nessa situação. E nós também temos as auxiliares de serviços gerais do quadro geral da prefeitura, que eventualmente fazem algum tipo de trabalho dentro das escolas”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “não, perfeito, Pedro. Ficou bem claro. E até uma forma de a gente poder deixar esses servidores um pouco mais tranquilos, por causa das especulações mesmo que são faladas o tempo todo. Então, ficou bem claro, Pedro. Obrigado”. Senhor Presidente: “terceira”. Senhor Secretário: “dando sequência. Pergunta de número três, ‘3) Com a delegação de serviços de apoio não-pedagógico nas escolas, como se darão os casos dos servidores que não atuam na parte pedagógica e são concursados? Quais serão as funções exercidas por estes profissionais lotados na Secretaria Municipal de Educação após o funcionamento da PPP?’” Secretário Municipal de Educação, Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro: “volto a dizer aqui, eu acho que na minha resposta anterior, a gente também contemplou um pouco, não há possibilidade, não há nenhum interesse do município, na eventual concessão da PPP, em haver nenhum tipo de desligamento, nenhum tipo de alteração de posto de trabalho, nenhum tipo de alteração de lotação de nenhuma categoria específica”. Senhor Secretário: “pergunta de número quatro, ‘4) Em relação ao uso de recursos do FUNDEB, a Secretaria de Educação alegou que não há previsão de uso do recurso. Isso significa que este recurso poderá ser utilizado eventualmente ou não será utilizado no decorrer dos 30 anos de vigência da concessão?’”. Secretário Municipal de Educação, Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro: “é, quando a gente fala de uma PPP de trinta anos, a gente tem que



entender que nós estamos falando de um projeto que é maior que o projeto de governo, é um programa de Estado, de município. É muito importante a gente entender também, gente, o que é FUNDEB. Quando se faz essa pergunta, é muito importante a gente entender que, primeiro ponto, hoje a composição do FUNDEB, que é um recurso federal que chega para o investimento em educação, ele tem que ser gasto de duas formas: primeiro, não se pode investir menos de setenta por cento do valor do FUNDEB fora de valorização profissional e pagamento do servidor, os trinta por cento são a margem discricionária dos gestores. Hoje, a nossa gestão usa o FUNDEB quase que integralmente para o pagamento dos servidores da educação. O nosso cálculo é que, pelo menos no período da nossa gestão, não será necessária a utilização de recursos do FUNDEB para cálculo de gastos com PPP. Até porque, para tentar ser mais didático aqui, os recursos que a gente já usa eventualmente com a manutenção, com a conservação, com as obras, com as construções já estão previstos dentro do QDD da Secretaria de Educação. O que vai mudar é a forma de contratação, em vez de eu ter uma contratação para cada objeto, para cada item que eu compro, a gente vai colocar em concessão, em um contrato, onde prevê obrigações, prazos, entregas, formas de controle e uma empresa única vai ficar responsável pela gestão de todas essas entregas que forem colocadas dentro da PPP e isso para nós é muito importante, gente, porque uma gestão de uma Secretaria de Educação do tamanho de Nova Lima não é simples. Quando a gente faz, por exemplo, um contrato de merenda, vereador Danúbio, utilizando o exemplo das serventes, eu tenho mais de



quinhentos itens de alimentação escolar. Se cada uma empresa ganha um item de merenda escolar, eu tenho quinhentos contratos para gerenciar. E aí, quando o servidor grita e fala assim: ‘nossa, na minha escola aqui está faltando uma manteiga’, por exemplo, ou ‘está faltando um pão’. Não é falta de recursos, não é falta do investimento, mas a gestão desses contratos e a gente fica na mão, às vezes, de fornecedores que não têm a capacidade de fazer um atendimento e a capacidade de fazer um atendimento de qualidade para a nossa população. Então, quando a gente fala de um modelo de PPP, nós estamos falando de um modelo que é auditável. Auditável porque, além do controle da Secretaria de Educação, além do controle dos órgãos fiscalizadores, como os conselhos que a gente tem, ele também tem uma entidade verificadora independente, que acompanha a execução da PPP, que acompanha os seus recursos. E, além disso, na remuneração que o município faz para aquela concessionária, ela tem os valores fixos e ela também tem os valores que são empenhados por desempenho da PPP. Então, aquela PPP tem que estabelecer níveis de qualidade e de padrão que são estabelecidos pelo contrato, mas que são avaliados pelas pessoas que estão na ponta, que são avaliados pelos estudantes, que são avaliados pelos professores, que são avaliados pelos diretores escolares e isso dá uma tranquilidade, uma certeza de que nós temos um instrumento mais eficiente do que a Lei 8.666 e as formas de se contratar atualmente, que dá mais agilidade, que dá mais velocidade, para que a gente possa fazer as entregas e ter uma certeza e uma garantia de que as coisas vão ser entregues e que as coisas vão acontecer no prazo e a gente não ficar refém de maus



fornecedores como a gente fica”. Senhor Secretário: “pergunta de número cinco, ‘5) Qual é o investimento financeiro previsto pelo Executivo para essa concessão? Esse investimento será retirado de qual dotação orçamentária?’”. Secretário Municipal de Educação, Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro: “o investimento financeiro tem um limite, que é o limite que a gente vai trabalhar a partir da autorização da modelagem. A gente não consegue ainda ver o tamanho disso porque, volto a dizer, a gente está pedindo autorização para a gente começar a modelar, mas o que é importante estabelecer é que as despesas com PPP que o município vai ter, eventualmente, elas não podem superar a três por cento da receita corrente líquida do município. Então, a gente já tem hoje uma despesa com PPP da iluminação, então a gente tem que fazer esse cálculo de quanto custa a PPP da iluminação e essa diferença vai ser a possibilidade que a gente vai ter de se trabalhar uma PPP da educação ou quaisquer outras PPPs que o município possa, eventualmente, propor. E essas fontes de recurso, volto a dizer, são as fontes de recurso da Educação. A Educação é composta por diversas fontes de recurso: ou a fonte 100, que é do Tesouro Direto ou a fonte 101, que são aquelas fontes de manutenção e desenvolvimento do ensino que entram para a contabilidade dos vinte e cinco por cento constitucionais que a Educação tem que investir em Educação na cidade. Enfim, todos esses recursos podem, eventualmente, compor a estrutura da modelagem da PPP da Educação”. Senhor Secretário: “pergunta de número seis, ‘6) Qual será o papel desempenhado pela Secretaria de Educação em relação à essa concessão durante os 30



anos de vigência?”. Secretário Municipal de Educação, Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro: “a Secretaria de Educação tem um trabalho muito importante no nascedouro de uma PPP, que é fazer uma modelagem responsável, fazer uma modelagem que, de fato, alcance o interesse da população e, por isso, volto a dizer, a consulta pública vai ser um ambiente muito propício para a gente entender isso porque, como qualquer outro contrato, ela gera direitos e obrigações. A natureza da PPP é de um contrato de, no mínimo, cinco anos e de, no máximo, trinta e cinco anos. Então, o papel da Secretaria de Educação vai ser, junto com a Câmara de Vereadores, junto com o exercício da consulta pública, modelar muito bem essa PPP para que ela possa, ao longo desse tempo todo, ser eficiente do ponto de vista da gestão e alcançar os objetivos das pessoas. Além, é claro, de fiscalizar e de acompanhar o cumprimento das obrigações que forem ali estabelecidas”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “Pedro. Posso, vereador? A gente sabe que hoje as PPPs são uma realidade, a gente está acompanhando. Você foi muito feliz no seu posicionamento quando você fala da questão de várias empresas estarem ganhando vários itens. Eu acho que, hoje, o modelo de licitação é o que prejudica muito os governos executarem. Você hoje olha preço e qualidade, mas, muitas das vezes, as pessoas só entram com o preço, não olham a qualidade. Nós tivemos, acho que no início do mandato mesmo, um fornecedor que não conseguiu entregar, ganhou com o preço lá embaixo a questão dos alimentos nas escolas, enfim. Mas, hoje, no Brasil, poucas são as PPPs que estão em andamento. O município fez um estudo para saber quais PPPs hoje já acontecem



referentes à Educação dentro do nosso país, que podem ser como exemplo para a gente, até para dar sequência nisso? Exemplos de sucesso, vamos dizer assim”. Senhor Presidente: “Danúbio, a sétima pergunta...”. Senhor Secretário: “é bem próxima”. Senhor Presidente: “eu acho que é próxima do que você perguntou. Você o permite fazer a pergunta e, se não te contemplar...”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “tranquilo. É só porque...”. Senhor Presidente: “se não te contemplar, aí você...”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “não, é só porque, como a vereadora não está presente, e aí acaba que surgem essas questões também. Tranquilo”. Senhor Secretário: “sétima, ‘7) O município de Nova Lima se baseou no modelo de alguma outra localidade para propor a concessão dos serviços educacionais? Qual? Foram feitas visitas técnicas para avaliação deste modelo? Quais foram as avaliações positivas e negativas?’”. Secretário Municipal de Educação, Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro: “veja bem, desde o ano passado quando a gente assumiu a Secretaria de Educação, a gente está em contato diretamente com os modelos de PPP e nós temos a grata satisfação de ter dois modelos muito próximos aqui de Nova Lima, que é o modelo da prefeitura de Belo Horizonte e o modelo da prefeitura de Contagem. Eu vou pegar o modelo da prefeitura de BH, que é um modelo que foi, inclusive, defendido na Câmara de Vereadores por uma amiga, companheira, que é a Secretária Macaé Evaristo que hoje faz parte, inclusive, da comitiva do Presidente Lula quando os assuntos são da Educação. E ela teve a oportunidade de defender na Câmara de Belo Horizonte, não vou me recordar o ano especificamente. BH concedeu,



através de PPP, a criação de trinta e duas novas escolas, que contribuiu muito, sobretudo para a questão das filas de creche na primeira infância. O modelo de Contagem também é um modelo super interessante. E em todas elas, Danúbio, eu posso te garantir, e hoje nós temos uma diretora, que é nossa diretora na escola de Macacos que, inclusive, trabalhou em uma escola que era gerida por uma PPP e nas nossas reuniões de diretores, onde a gente faz essas discussões, ela sempre pontua: ‘olha, gente, se hoje a gente tem que ficar esperando, pedindo pelo amor de Deus para trocar uma lâmpada e diretor fazendo papel de síndico de prédio, esse trabalho com a PPP é instantâneo, é na hora’. Se uma porta quebra, se um computador estraga, se hoje a gente teve um problema, por exemplo, no início do ano, com uma situação de uma aluna que saiu da escola, a gente não sabia com quem ela estava, essa PPP consegue abarcar tudo isso. Então, nós não conseguimos perceber nenhum tipo de situação que fosse um porém, para que a gente caminhasse nesse sentido da PPP. Então, eu posso assegurar, com muita tranquilidade, que o nosso grande objetivo aqui é começar a entender que o nosso supervisor escolar, o nosso diretor tem que estar preocupado com a questão pedagógica das escolas. Ele não tem que estar preocupado se a caixa d’água da escola está cheia ou está vazia, se o prédio está conservado ou não está conservado, porque isso não é trabalho de um diretor escolar, nós temos que focar no ensino e aprendizado, sabe? Então, visitamos, temos, inclusive, algumas agendas ainda em andamento, vou levar algumas diretoras, faço o convite para algum vereador que queira participar de algumas dessas visitas nas escolas de Belo



Horizonte, nas escolas de Contagem, que a gente já teve essa oportunidade. Mas o que a gente pode dizer é que, em todos os locais, a gente percebeu uma eficiência muito grande nas construções, uma velocidade muito grande nas entregas e a gente não ficou na mão, por exemplo, como a gente está hoje, hoje. Eu falo aqui direcionado para a comunidade da escola do Áurea Lima, que está pedindo pelo amor de Deus para a gente tentar acabar de construir o anexo daquela escola e já tem mais... Eu queria que a vereadora Viviane estivesse aqui para dizer para ela assim o quanto eu sou solidário a ela hoje, porque eu vi a luta que ela teve para tentar construir aquela escola, não conseguiu, hoje a gente está tentando também, já é a segunda tentativa nossa de licitar, mas a empresa ganha, passam três meses os preços variam, o fornecedor vira e fala assim para a gente: 'olha, eu não consigo assumir mais aquele contrato que a gente tinha'. E isso, gente, todo mundo que trabalha em escola sabe disso, todas as escolas hoje têm algum problema de infraestrutura que aperta no calo de quem está na ponta, todas, todas. E a gente não consegue responder com velocidade. Então, Danúbio, eu acho que essa PPP e aí eu faço ao exemplo dos modelos de Belo Horizonte e de Contagem, são modelos que dão a direção escolar e ao grupo pedagógico uma tranquilidade muito grande para trabalhar com velocidade e com foco no pedagógico, porque os prédios estão conservados, estão modernos, qualquer situação que acontece, as empresas têm um tempo muito rápido para consertar, porque senão elas perdem na avaliação de desempenho e isso, de fato, se transforma em um não pagamento de uma parcela variável, sabe? Então, só tenho elogios e acho que é o caminho



que a nossa cidade deve seguir”. Senhor Presidente: “tranquilo, Danúbio?”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “tranquilo”. Senhor Secretário: “oitava e última pergunta, ‘8) Onde se encontram os estudos elaborados pela empresa BTC Consultoria e Concessões, por meio da Manifestação de Interesse do Privado (MIP) citados em resposta à Comissão de Serviços Públicos? Reitero meus votos de estima e consideração. Nova Lima/MG, 11 de novembro de 2022. Juliana Ellen de Sales””. Vereadora. Secretário Municipal de Educação, Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro: “os estudos da BTC... A BTC, só para nível de esclarecimento, foi uma empresa que no ano de 2021 manifestou interesse em realizar um estudo para verificação da viabilidade da PPP, tanto do Esporte, quanto da Educação. Hoje esses estudos encontram-se no gabinete da Secretaria de Educação, são os estudos preliminares, os estudos que vão embasar, eventualmente, os nossos estudos que a gente vai apresentar, através da modelagem principal. Então, eu deixo a vereadora muito tranquila nesse sentido, porque a gente pode utilizar os estudos ou pode não utilizar os estudos da BTC, tá? A gente não sabe ainda como que vai funcionar isso, até porque a gente depende da autorização da Câmara dos Vereadores para, de fato, iniciar a modelagem. Mas o que eu posso dizer é que os estudos da BTC já indicam e aí o primeiro trabalho que eles fizeram e aí eu faço questão, inclusive, de encaminhar para cada um dos gabinetes dos vereadores, um laudo mostrando o quanto as nossas escolas sofrem com as questões de infraestrutura, sofrem com as questões prediais. E a partir desse problema e de todos os outros problemas que a gente



disse aqui, de eventuais desabastecimentos, relacionados às alimentações, eventuais situações que, eventualmente, atrapalham o serviço de limpeza, de organização das escolas, porque quando a gente fala das serventes, por exemplo, são servidoras que, em geral, são servidoras mais velhas, são servidoras que... É um trabalho muito pesado, é um trabalho muito duro, que gera um adoecimento muito grande, então o nível de afastamentos também são muito elevados, várias servidoras dessas, se eu não me engano, um número próximo a setenta, por exemplo, são servidoras que estão em desvio de função ou têm algum laudo que as impede de carregar o balde, que impede fazer algum movimento repetitivo e que, de fato, atrapalha, às vezes, o regular funcionamento da escola, mas que a gente tem que ter um carinho muito grande com essa categoria e o caminho que a gente encontrou foi, exatamente esse, de propor, eventualmente, a diminuição da carga horária, outros afazeres dentro da escola. Então, gente, esse trabalho que a gente está fazendo é um trabalho novo, é um trabalho que gera muita dúvida, a gente entende isso, porque os modelos de PPP, em que pese termos dois modelos muito exitosos aqui perto, como o de Belo Horizonte e o de Contagem, São Paulo também adotou um modelo de parcerias público-privadas, é um modelo muito novo, é um modelo que gera, de fato, uma expectativa muito grande nas pessoas. Mas volto a dizer, o que posso dizer para cada um dos professores, para cada um dos supervisores escolares, para os nossos diretores é de que a gente confia no trabalho de cada um, nós não estamos querendo substituir o trabalho de ninguém, muito pelo contrário, a gente quer dar a



infraestrutura que eles merecem, a gente quer colocar a nossa escola como uma escola de primeiro mundo. Nossa cidade tem condições de alcançar essa condição de infraestrutura, mas a gente precisa pensar fora da caixa, a gente precisa pensar quais os melhores modelos. Eu acho que a nossa gestão, junto com a Câmara Municipal de Vereadores, é capaz de fazer isso. Mas nós precisamos ter uma discussão honesta, uma discussão franca, uma discussão que não fique alarmando as pessoas para entender que aquilo ali não é positivo, que aquilo ali não é salutar, muito pelo contrário. Então, volto a dizer aqui a todos e a cada um dos vereadores que se, eventualmente, algum ponto do projeto de lei ficou nebuloso ou que gere algum tipo de desentendimento disso que eu estou falando aqui, podem ficar à vontade para fazerem as emendas que forem necessárias, para que a gente possa avançar, evoluir e, muito rapidamente, a gente possa, se Deus quiser, estar inaugurando as reformas, estar inaugurando novas creches e zerando as filas, porque é muito triste, gente, uma mãe bater lá na Secretaria de Educação e a gente ter que falar com ela que não tem vaga em creche, é muito triste. É muito triste uma professora às vezes ligar para a gente e falar assim: ‘olha, está chovendo dentro da minha escola’ e a gente ter condição financeira de fazer isso, mas eventualmente, os processos, pela burocracia que eles têm, a gente não ser capaz de entregar. Está na hora de a gente pensar fora da caixa”. Senhor Presidente: “Pedro, queria te agradecer pela presença”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “Presidente, pela ordem”. Senhor Presidente: “só completar. Pelos seus esclarecimentos. Eu não vou terminar ainda, não. Os seus esclarecimentos. E



foi muito oportuno, que vai ter a Audiência Pública, não é? Eu acho que essa Audiência Pública, acho que você já respondeu quase tudo em relação à Audiência Pública. E, para garantir mais, todos os itens que você elencou aí, nós vamos fazer emendas, sim, para garantir essa parte do transporte, para assegurar essa parte, Danúbio, das serventes, para não mexer, a parte só estrutural, alimentação, para que dê mais segurança ainda para as pessoas que não entenderam ainda o que é a PPP. Mas volto a te agradecer, foi muito esclarecedor, a sua equipe toda presente. E o papel da Câmara é esse, o papel da Câmara é informar à nossa população o que está acontecendo de verdade, porque a gente ouviu muita coisa. Em relação à creche, que você falou, quantas vezes eu incomodei a Cláudia: ‘oh, Cláudia, poxa, o pessoal está pedindo aqui uma vaga e realmente não tem’. Então, nós vamos, se Deus quiser, acho que um ano, dois anos aí, se a gente conseguir, pelo menos, quase zerar a creche, acho que a PPP já vai ser um grande feito. Pois não, vereador Danúbio”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “não, Presidente, achei que o senhor estava já terminando a sessão, é porque eu tenho mais algumas perguntas aqui, mas pode seguir aí”. Senhor Presidente: “não, por mim, terminei. Quem quiser abrir para alguma pergunta para o secretário, fica à vontade”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “então posso ser o primeiro aí, turma?”. Vereador José Doroteu Martiniano: “pela ordem, Presidente”. Senhor Presidente: “pode”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “pode ficar à vontade, pode ir, pode falar, Doroteu”. Vereador José Doroteu Martiniano: “eu quero parabenizar o Pedro Dornas aqui pelo esclarecimento, à sua equipe. E dizer que,



quando foi apresentado a PPP para a Câmara e tudo, a gente fez uma pesquisa e foram exatamente essas PPPs que nós avaliamos, que foi a PPP de Belo Horizonte e de Contagem. O meu assessor jurídico do gabinete é de Contagem e, inclusive, ele tinha falado para a gente ir lá, em uma escola que a mãe dele trabalha, para a gente ver de perto como que funciona. Nós não tivemos tempo hábil para ir, mas esse convite está aberto e a gente vai fazer isso, porque a gente foi pesquisar, foi entender a lei. A lei de Belo Horizonte é a Lei 9.038, de 14 de janeiro de 2005, com versão consolidada com alteração até 01 de agosto de 2017. Nós olhamos essas leis, verificamos. Verificamos a Lei 11.079, nós estivemos olhando a Constituição, o que fala sobre PPPs, exatamente para a gente ter a tranquilidade na hora de aprovar o projeto aqui na Câmara. Então, assim, a gente fez a pesquisa, a gente está avaliando essa situação e o que for viável para a gente colocar como emenda, a gente vai estar junto para que seja bem mais esclarecedor para todos que vão... Parabéns, Pedro. Obrigado”. Senhor Presidente: “pois não, vereador Danúbio?”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “Pedro, mais uma vez agradecer também. Está muito transparente o que está sendo feito aqui, hoje. Só ficou umas outras duas dúvidas aqui, Pedro, com relação a esse processo. A gente sabe que a Câmara aqui, hoje, para deixar muito claro, a gente só vai aprovar, como você muito bem falou, a autorização para que a prefeitura possa fazer os estudos e, assim, fazer a implementação. Mas você já tem uma previsão de quanto tempo que isso vai levar após a aprovação da lei aqui na Casa?”.



Secretário Municipal de Educação, Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro: “Danúbio, eu acredito que a gente não vá demorar muito porque isso, para nós, é prioridade absoluta dentro do governo, hoje. Então, a partir do momento que sair a aprovação da Câmara, nós vamos nos debruçar a isso, vinte e quatro horas por dia, para a gente entregar o mais rápido possível. Não consigo te precisar o tempo disso, mas eu não imagino que demore muito. Não consigo te falar se vai demorar quinze dias, trinta dias, vinte e cinco dias, mas o que eu posso te dizer é o seguinte, não vai faltar esforço para que a gente entregue o mais rápido possível”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “não, perfeito. Eu ia te pedir também, Pedro, que você pudesse levar isso ao Poder Executivo para que a gente possa melhorar um pouco essa comunicação, não para a gente aqui, que eu acho que a gente está muito bem entendido do processo, a gente sabe que, hoje, as PPPs são uma realidade, a gente sabe que vai melhorar muito a questão da gestão e muito bem colocado por você em todas as perguntas que foram respondidas aqui, a gente sabe que esse processo vai facilitar muito, muito melhor que a lei de licitações hoje, que está sendo praticada. Mas eu acho que a população fica com muita dúvida. Hoje aqui nos assistindo, por exemplo, na plenária, são muito poucas pessoas. Acho que tem que melhorar, divulgar isso mais para as pessoas. Porque, às vezes, cai muito na conta dos vereadores e as pessoas não entendem isso, nós estamos só autorizando, não estamos aqui executando. Mas eu acho que o Poder Executivo, já falei isso com o prefeito, deveria melhorar um pouco mais essa ampliação dessa divulgação, como foi feito agora, não é?”



Após realizada a PPP, o pregão da iluminação pública, o prefeito divulgou. Eu acho que podia divulgar, um pouco antes, como seriam esses processos para que a população pudesse ficar um pouco mais ciente e, assim, até melhorar, também, para a gente, quando formos questionados pela população, a gente poder saber explicar de uma forma mais objetiva. É só mesmo deixar esse pedido, que você leve ao nosso prefeito. Tenho muito orgulho de fazer parte da base, quero te agradecer demais pelas explicações, a sua equipe é uma equipe fantástica da Educação, sempre nos atende muito bem quando a gente precisa. Vocês estão de parabéns. Eu acho que vão deixar um legado muito grande dentro da Educação do nosso município”. Secretário Municipal de Educação, Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro: “obrigado, vereador”. Senhor Presidente: “alguma outra pergunta, gente? Zelino?”. Vereador Joselino Santana Dias: “pela ordem, Presidente. Primeiramente, quero parabenizar o Pedro, parabenizar o nosso prefeito. Eu sempre comento, Pedro, aqui, às vezes, com meus colegas vereadores que eu hoje estou aqui ocupando esse cargo por mais dois anos. E eu digo que a gente sofre muito dentro da política pela morosidade... (não pudemos registrar algumas palavras do vereador Joselino Santana Dias, pois o microfone dele ficou sem som). E eu digo que essa PPP, não só essa, como a outra que essa Casa aprovou, que foi a PPP de iluminação, eu acho que é um ganho muito grande para toda a sociedade nova-limense, para todos os nova-limenses e para todos os professores, como você bem disse e explicou anteriormente, é um processo que a evolução é muito mais rápida. Então, mais uma vez, parabéns a você, parabéns ao



nosso prefeito João Marcelo e parabéns a essa Casa por estar, cada dia, buscando apoiar projetos que venham somar e agregar cada dia mais com os nossos munícipes. E, Presidente, aproveitando aqui, eu gostaria de fazer a convocação da Comissão de Serviços Públicos para agora, às quinze e vinte, que estava convocada anteriormente para as dezessete e quarenta; a Comissão de Serviços Públicos, está ok? E, também, convoco a Comissão de Legislação e Justiça para se reunir às quinze e quarenta, que anteriormente estava previsto para haver a reunião, às dezessete e quarenta. Está ok? Muito obrigado”.

Senhor Presidente: “alguma outra pergunta, gente? Então, encerrando”. Vereador José Doroteu Martiniano: “pela ordem, Presidente. O meu assessor acabou de me informar aqui que o convite está estendido a todos os vereadores, caso queiram ir lá conhecer a escola, a visita na escola em Contagem”. Senhor Presidente: “agradeço. Encerrando, gente. Agradecemos a presença de todos e sob a proteção de Deus, declaro encerrados os trabalhos. Boa tarde a todos, um bom feriado para nós. Um bom final de semana”._____